



ARGUIÇÃO ORAL – PPGD/UFC (Turma 2024) – LINHA 01

A Banca Examinadora da Linha 01, prova oral, dos candidatos e candidatas na seleção do PPGD/UFC, Turma 2024.1, informa que as arguições serão por videoconferência, observando-se a ordem alfabética do primeiro nome de cada candidato, conforme os grupos de Mestrado e Doutorado. A plataforma eletrônica e os links respectivos constarão do site deste PPGD/UFC com, pelo menos, 02 horas antes do início da arguição.

O(a) candidato(a) deverá se certificar de que seu maquinário possui câmera, som audível e acesso à internet, além de outros elementos que viabilizem a videoconferência. A banca não se responsabiliza por quaisquer problemas de conexão de internet do(a)s candidato(a)s. Caso ocorram problemas de conexão durante a sessão, a Banca

Examinadora oportunizará a continuidade da Prova Oral, desde que o(a) candidato (a) retorne a sua conexão em, no máximo, 10 (dez minutos).

É vedado aos candidatos e candidatas que ainda não se submeteram ao exame oral assistirem à prova oral de outro candidato.

Todas as provas orais serão gravadas pelos presidentes das respectivas bancas e disponibilizadas ao(a)s candidato(a)s.

Os candidatos e candidatas devem chegar com antecedência à prova, ficando disponível para sua arguição na sequência em que o(a)s demais forem sendo arguido(a)s.

Antes de iniciada a arguição propriamente dita, o(a) candidato(a) compartilhará sua tela de computador ou, eventualmente, do celular, demonstrando que não há outro aplicativo ou recurso telemático aberto. Também, apresentará aos membros da Banca de que se encontra sozinho no local e que não há material didático ou doutrinário sobre a mesa ou a seu alcance, exceto a via do Projeto.

PPGD/UFC - MESTRADO e DOUTORADO - LINHA 01 (2023-2024) NOME DO(A) CANDIDATO(A)	TÍTULO DO PROJETO	Grau acadêmico	Data	Horário
ALINE SILVA CAVALCANTE	AS ADPFS 53, 159 E 171 E A EFETIVA APLICAÇÃO DO SALÁRIO MÍNIMO PROFISSIONAL PARA ENGENHEIROS CELETISTAS NO ESTADO DO CEARÁ	Mestrado	20/11/2023 (segunda-feira)	18h às 22h
ANA CLARA BATISTA SARAIVA	A TIPIFICAÇÃO DO CRIME DE FEMINICÍDIO NO BRASIL À LUZ DO POPULISMO PENAL LEGISLATIVO E DO DISCURSO MIDIÁTICO	Mestrado		
ANDRÉ FURTADO NÉO	A APLICABILIDADE IMEDIATA DO ARTIGO 205 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL - A AUSÊNCIA DE FORMAÇÃO JURIPOLÍTICA DO CIDADÃO BRASILEIRO.	Mestrado		
BRENNO MENEZES SOARES	Emenda Constitucional nº 125/22 e o Filtro de relevância do recurso especial em matéria tributária - interpretação da tese à luz do consequencialismo jurídico e do princípio da inafastabilidade do Poder Judiciário	Mestrado		

Breno Vince Freitas Costa Araújo	DIREITO PROCESSUAL E A EFETIVIDADE DA FUNÇÃO JURISDICIONAL DO ESTADO: O COMBATE A FRAUDES À EXECUÇÃO COMO POLÍTICA PÚBLICA DE GARANTIA E EFETIVAÇÃO DE DIREITOS TRABALHISTAS	Mestrado		
BRUNO LIMA BARBALHO	Federalismo brasileiro em tempos de crise sanitária - uma análise das políticas públicas implementadas e mediadas jurisprudencialmente pelo supremo tribunal federal à luz da proteção dos direitos fundamentais	Mestrado		
CAMILA DA SILVA VIEIRA NALESSO	“ANO PASSADO EU MORRI, MAS ESSE ANO EU NÃO MORRO”: ANÁLISE DA INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL EM PESSOAS MORTAS E SEUS IMPACTOS NO DIREITO SUCESSÓRIO	Mestrado		
DIBISS CASSIMIRO XIMENES	GÊNERO, MINORIAS E VIOLÊNCIA - UMA ANÁLISE DO DISCURSO DE ÓDIO EM FACE DAS POLÍTICAS PÚBLICAS VOLTADAS PARA À COMUNIDADE LGBTQIA+ NO ESTADO DO CEARÁ	Mestrado		
ELBA SUÉLEN SILVA OLIVEIRA	NOVO LETRAMENTO DA TRIBUTAÇÃO DE CONSUMO NA ERA DIGITAL - DIRETRIZES PARA O IMPOSTO SOBRE VALOR AGREGADO NO BRASIL	Mestrado		
FERNANDO ANTÔNIO HOLANDA PEREIRA JÚNIOR	A investigação defensiva e a proteção das garantias processuais fundamentais - a busca por um modelo adequado ao direito brasileiro num cenário de expansão da justiça penal consensual	Mestrado		
FRANCISCO DIEGO LIMA QUEIROZ	Irreversibilidade dos direitos humanos e políticas públicas de combate à tortura do estado do Ceará: um diálogo entre a ADPF 347 e as instituições públicas cearenses de 2015 a 2023	Mestrado		
GREYCE LEITE DA SILVA	MULHER, VIVER SEM VIOLÊNCIA - uma pesquisa sobre as ações do juizado de violência doméstica contra a mulher inserido da casa da mulher brasileira de Fortaleza-Ceará	Mestrado		
JÁDER ROCHA PEREIRA DOS SANTOS	Epistemologia judiciária e standards probatórios - um ensaio sobre a necessidade de critérios alternativos de valoração da prova penal	Mestrado		
JOANNA ALENCAR ROLIM FRANÇA PINTO	A SUBORDINAÇÃO ALGORÍTMICA E OS DESAFIOS PARA A CONCRETIZAÇÃO DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS DOS TRABALHADORES NAS PLATAFORMAS DIGITAIS - UMA ANÁLISE JURISPRUDENCIAL DOS ÚLTIMOS 3 ANOS	Mestrado	22/11/2023 (quarta-feira)	18h às 22h
JÔNATAS ALEXANDRE ROCHA JÚNIOR	O STANDARD PROBATÓRIO PARA A CONDENAÇÃO PELO DELITO DE GESTÃO TEMERÁRIA À LUZ DA TEORIA DA IMPUTAÇÃO OBJETIVA - LEGALIDADE E DEVIDO PROCESSO LEGAL EM PERSPECTIVA.	Mestrado		

JOSÉ DAVID PINHEIRO SILVÉRIO	Mutação técnico-procedimental da autocomposição na administração pública - uma análise decenal à luz do estudo comparativo das experiências federal e do Ceará (2015-2024)	Mestrado		
LETÍCIA BEATRIZ ARRUDA GOMES	EFICÁCIA DE AÇÕES ANULATÓRIAS EM RELAÇÃO ÀS CLÁUSULAS ARBITRAIS DE SMART CONTRACTS - ANÁLISE DA REGULAMENTAÇÃO DA INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL EM ONLINE DISPUTE RESOLUTION (ODR)	Mestrado		
LIDIANE DE VASCONCELOS ARAÚJO	PSEUDOTUTELA JURÍDICA DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS DECORRENTE DA LEGISLAÇÃO PENAL SIMBÓLICA	Mestrado		
LILIAN DE FREITAS PINHEIRO	O DIREITO À DESCONEXÃO DO TRABALHO E OS DESAFIOS DE SUA EFETIVAÇÃO NO ÂMBITO DO TELETRABALHO	Mestrado		
LÍVIA MARIA GIRÃO SARAIVA	A regulamentação constitucional do comércio e as regulações proibitivas da Anvisa para manipulação de fármacos derivados de cannabis sativa lineu - debates sobre ampliação da saúde, aspectos econômicos e políticas públicas	Mestrado		
MÁRCIA ARAÚJO GÓIS ALBUQUERQUE VRSKA	A IGUALDADE SALARIAL ENTRE MULHERES E HOMENS EM TRABALHO DE IDÊNTICO VALOR E FUNÇÃO - UMA ANÁLISE A PARTIR DA APLICAÇÃO DA LEI Nº 14.611/2023 NO ESTADO DO CEARÁ	Mestrado		
MARIA BRENDDA NAYANA ALVES MOURA	AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS DE ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA DE GÊNERO NO MEIO URBANO: UMA ANÁLISE DE SUA IMPLEMENTAÇÃO E EFETIVIDADE NO CEARÁ.	Mestrado		
MARIA TEREZA BRAGA CÂMARA	A CONSTITUIÇÃO FEDERAL E A COMPETÊNCIA PARA LEGISLAR SOBRE PROCESSO E PROCEDIMENTO - POSSÍVEIS IMPACTOS NA PRESTAÇÃO JURISDICIONAL NO ESTADO DO CEARÁ	Mestrado		
MARIANE ARAÚJO LIMA DE ALMEIDA	Cotas de gênero nas polícias militares e as políticas públicas de prevenção e combate à violência contra a mulher - uma análise à luz do constitucionalismo feminista	Mestrado		
CARLOS EDUARDO FERREIRA AGUIAR	Os Sentidos E O Alcance Das Políticas Públicas: Análise Crítico-Compreensiva Do 1º Plano Municipal De Segurança Alimentar E Nutricional De Fortaleza-CE	Doutorado	24/11/2023 (Sexta-feira)	13h30min às 17h40min

ISABELLE JAÍNE GONÇALVES LÍRIO	A Complexidade Da Tributação Do Consumo Em Face Da Criação Do Tributo Sobre Bens E Serviços E Seus Reflexos Na Ordem Economica: Análise Da Proposta De Emenda À Constituição (Pec) 110/19 E De Seu Substitutivo Pec 45/19 E De Sua Repercussão Sobre O Setor De Serviços No Estado Do Ceará	Doutorado		
JANAÍNA SENA TALEIRES	A concreção da segurança jurídica para efetividade da função jurisdicional do estado sob a ótica da sistemática de precedentes do código de processo civil brasileiro	Doutorado		
JOÃO PAULO DE CARVALHO BARBOSA	POLÍTICAS PÚBLICAS DE AMPARO A MULHER: A PROTEÇÃO INTERNACIONAL DOS DIREITOS HUMANOS DAS MULHERES NUMA ANÁLISE BRASIL (SIDH) E ITÁLIA (UE)	Doutorado		
Maria Rosana Rocha da Silva	POLÍTICAS INCLUSIVAS DE ACESSO E PERMANÊNCIA NA ESCOLA PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA COMO INSTRUMENTO GARANTIDOR DO DIREITO FUNDAMENTAL À EDUCAÇÃO PARA ESSE PÚBLICO ALVO	Doutorado		
NARDEJANE MARTINS CARDOSO	POLÍTICAS FAMILIARES: políticas públicas para o fortalecimento dos vínculos familiares como efetivação dos direitos fundamentais	Doutorado		
Nathália Lima Pereira	Direito ao ensino básico, desenvolvido e políticas públicas: análise da repercussão do plano nacional de educação (PNE) no empoderamento social	Doutorado		
NAYLA ROCHELE NOGUEIRA DE ANDRADE	Magnitude e aspectos caracterizadores da judicialização do direito a saúde no nordeste do Brasil, 2019 a 2023	Doutorado		
RAFAEL HENRIQUE DIAS SALES	Novos paradigmas do direito do trabalho na era digital: negócios disruptivos e a necessidade de regulação internacional concomitante.	Doutorado		
RAISSA CARLY FERNANDES MACÊDO OSTERNO	O contraditório material e sua aplicação nas decisões das turmas recursais federais do Ceará, em processos que tenham como questão principal matéria previdenciária, no período de julho de 2020 a julho de 2022	Doutorado		
MARINA DE MATOS NOGUEIRA E SIQUEIRA FAUST	“O SONHO DA CASA PRÓPRIA” - uma solução ou um obstáculo à efetivação das políticas públicas habitacionais no Brasil?	Mestrado		
PATRÍCIA LIMA DE SOUSA	SEGURIDADE SOCIAL E JUSTIÇA INTERGERACIONAL - OS IMPACTOS DO DESEQUILÍBRIO FINANCEIRO E ATUARIAL PARA AS PRESENTES E FUTURAS GERAÇÕES	Mestrado	24/11/2023	18h às 21h30min

PIERO OLIVEIRA BARBACOVİ	O CRIMINAL COMPLIANCE COMO FERRAMENTA DE COMBATE A CRIMES ECONÔMICOS E EMPRESARIAIS: UM ESTUDO COMPARADO DAS MELHORES PRÁTICAS INTERNACIONAIS DE PROGRAMAS DE CONFORMIDADE E OS DESAFIOS PARA A LEGISLAÇÃO BRASILEIRA	Mestrado		
RAUL FEITOZA PINHEIRO GADELHA	O ESTADO COMO INDUTOR DO CRESCIMENTO ECONÔMICO E PROMOTOR DO BEM-ESTAR SOCIAL - UM ESTUDO DO NOVO PROGRAMA DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO (PAC) CONCOMITANTE AS POLÍTICAS DE AUSTERIDADE FISCAL	Mestrado		
ROMANA ALVES DA SILVA	A DECISÃO DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL NO TEMA 786 - Ainda vamos lembrar do direito ao esquecimento no Brasil?	Mestrado		
SÂMARA LEA FERNANDES RODRIGUES SILVA	A incidência do ICMS na operação de telecomunicação e os reflexos tributários decorrentes da evolução da internet à luz da Súmula nº 334 do Superior Tribunal de Justiça	Mestrado		
SARAH FERREIRA BENÍCIO MOREIRA	Síndrome de burnout e gênero - um estudo jurisprudencial no âmbito do Tribunal Regional do Trabalho da 7ª Região e do Tribunal Superior do Trabalho entre os anos de 2020 e 2024	Mestrado		
SILVIANE MONTEIRO DE ANDRADE LOURENCIO	A IMPLANTAÇÃO DA PRÁTICA DA ORTOTANÁSIA COMO POLÍTICA PÚBLICA E OS IMPACTOS FINANCEIROS NO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE	Mestrado		
THALES CARNEIRO MEDEIROS	Justice Gap: Uma análise sob efetividade da função jurisdicional do Estado Brasileiro	Mestrado		
WEISLEY SMITH VIEIRA DA SILVA	A ascensão da inteligência artificial no poder judiciário - uma análise da implementação de chatbots no tribunal de justiça do estado do ceará em busca da razoável duração do processo	Mestrado		

Professores examinadores (titulares e suplentes):

Francisco Gérson Marques de Lima

Juvêncio Vasconcelos Viana

Lígia Melo de Casimiro

David Barbosa de Oliveira

Sérgio Bruno Araújo Rebouças